

Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

INFORMAÇÕES ACERCA DO EDITAL, VIA INTERNET

A empresa que optar pela retirada eletrônica do Edital, deverá enviar ofício a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, via e-mail <u>licitacao@eparaguacu.sp.gov.br</u>

(MODELO RECIBO) PREGÃO Nº 073/2020

Aquisição de tintas, agregado, microesfera, película, placas, tubo de aço, tachão entre outros materiais, para demarcação viária.

materiais, para demarcação viaria.					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
FONE:	FAX:	DATA:			
E-MAIL:					
NOME:		RUBRICA			

Obs.: Este recibo deverá ser preenchido e encaminhado, para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário, sob pena de não nos responsabilizarmos por eventuais prejuízos decorrentes da impossibilidade de comunicação por quaisquer alterações que se fizerem necessárias neste Edital, (ALÉM DISSO, DEVE ACOMPANHAR PELO SITE EVENTUAIS MUDANÇAS).



Av. Siqueira Campos, 1430 — Ĉentro — Praça Jornalista Mário Pacheco — CEP. 19.700-000 — Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 — Estância Turística de Paraguaçu Paulista — Estado de São Paulo

PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 073/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 228/2020 EDITAL Nº 097/2020

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, com sede à Avenida Siqueira Campos, nº 1.430, <u>TORNA PÚBLICO</u>, que acha-se aberta no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, licitação na modalidade <u>PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020</u>, tendo por finalidade o <u>REGISTRO DE PREÇO</u>, do tipo <u>MENOR PREÇO</u>— (Processo nº 228/2020), objetivando a eventual aquisição de tintas, agregado, microesfera, película, placas, tubo de aço, tachão entre outros materiais, para demarcação viária, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.536, de 25 de novembro de 2005, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizadas pelas Leis nºs 8.883 de 08 de junho de 1994, 9.032 de 28 de abril de 1995 e alterações da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a **PROPOSTA** e os **DOCUMENTOS** de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, para credenciamento da sessão pública de processamento do Pregão.

A sessão de processamento do pregão será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, situada na Av. Siqueira Campos, 1430, Centro, iniciando-se a sessão de abertura no dia **12 de novembro de 2020, às 09:30 horas** e será conduzido pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designado nos autos do processo em epígrafe.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

I - DO OBJETO

1 – A presente licitação tem por objeto Aquisição de tintas, agregado, microesfera, película, placas, tubo de aço, tachão entre outros materiais, para demarcação viária, conforme relação constante no Anexo I, que integra este Edital.

Justificativa: Aquisição necessária para manutenção da sinalização das vais públicas, garantindo maior segurança para a população.

II – DA PARTICIPAÇÃO

- 1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da aquisição, e que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 2 Não será admitida a participação na presente licitação de empresas se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:
- 2.1. Consórcios, apresentadas na forma de consórcios e agrupamentos ou parceiras;
- 2.2. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista;
- 2.3. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.
- 2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal de Paraguaçu Paulista.
- **3 –** Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

III - DO CREDENCIAMENTO

- 1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos fora dos envelopes:
- a) tratando-se de **representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial (última alteração), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de **procurador**, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

- 1.1 Para obter os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá estar expressa no documento apresentado em cumprimento ao item 1, alínea "a", b, e item VI subitem 1.1, deste edital, nos termos do disposto no artigo 72 da referida Lei Complementar n.º 123/06.
- 1.1.1 para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei 19.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresa Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da lei complementar nº 123/06, devendo apresentar fora dos envelopes **DECLARAÇÃO DE ME E EPP, anexo IV.**
- 1.1.2 ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadra nos termos do artigo 3º da lei Complementar nº 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I e X do §4º do artigo 3º da lei Complementar nº 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeito o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da lei n.º 8.666/93.
 - **2 –** O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
 - **3 –** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.
 - **4 –** A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, impossibilitará a participação da licitante neste pregão para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

IV – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **1 –** A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no **Anexo II** ao Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.
- **2 –** As propostas e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis e assinado sob o fecho, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE № 01 – PROPOSTA NOME DO PROPONENTE: PREGÃO № 073/2020 PROCESSO № 228/2020 PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

ENVELOPE № 02 – HABILITAÇÃO NOME DO PROPONENTE: PREGÃO № 073/2020 PROCESSO № 228/2020 PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

- **3 –** A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- **4 –** Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da equipe de apoio.

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- **1 –** A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- a) Identificação da Proponente (nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual);
- b) Número do Processo e do Pregão;
- c) Descrição completa do objeto da presente licitação, detalhada e individual, de forma a ficar demonstrado claramente que preenchem as características mínimas constantes do Anexo I, especificando para o item cotado;
- d) Preço unitário, total do produto, total do lote e total global da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- e) Do preço unitário e total mencionado na alínea "e" acima, não poderá constar valores em centavos além de duas casas decimais;



Av. Siqueira Campos, 1430 — Ĉentro — Praça Jornalista Mário Pacheco — CEP. 19.700-000 — Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 — Estância Turística de Paraguaçu Paulista — Estado de São Paulo

- f) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- g) Os produtos ofertados deverão ser de 1º linha e atender a todas as normas ABNT/INMETRO.
- h) Prazo de entrega: até 10 (dez) dias após solicitação.
- i) Condições de pagamento: 30 (trinta) dias corridos, contados da data da entrega do objeto;
- j) Marca do produto.
- 1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses** a partir da sua assinatura, podendo ser renovada nos termos da lei.
- 2. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em "NOTA DE EMPENHO", e emitida a autorização de entrega.
- 3. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar aquisição que deles poderão advir, sendolhe facultada a utilização de outros meios, assegurada a preferência ao beneficiário do Registro, em igualdade de condições.
- 4. Não será admitida proposta com opção e cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

<u>VI – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"</u>

1 – O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial, no caso de empresa individual e última alteração;
- **b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- **1.1.1 –** Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidões de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários) da sede da licitante.
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- c) 1 Certidão de Regularidade de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado.
- d) Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão de regularidade com a **Secretaria da Receita Federal** e a **Procuradoria da Fazenda Nacional** (inclusive Seguridade Social).
- f) Certidão de regularidade Trabalhista perante a Justiça do Trabalho.

1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 1.3.1 Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; ou
- 1.3.2 Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- a) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.4.1 – Apresentação de atestado(s) emitidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão do licitante para fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, **sendo a quantidade mínima de 50% do objeto cotado**.

1.5 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

a) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 6 (seis) meses anteriores à data de apresentação das propostas.



Av. Siqueira Campos, 1430 — Ĉentro — Praça Jornalista Mário Pacheco — CEP. 19.700-000 — Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 — Estância Turística de Paraguaçu Paulista — Estado de São Paulo

1.6 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (ANEXO III);
- b) Declaração que aceita as condições estabelecidas no Edital do Pregão nº. 073/2020, (Anexo IV).
- c) Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (modelo 02, **ANEXO V**);
- d) Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, conforme (**Anexo VI**).
- e) Declaração para o caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido:
- f) Declaração para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

1.7- DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- a) As microempresas e empresas de pequeno porte que fizeram jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, nos termos do item 1.1 deste edital, e, pretendam exercer os direitos decorrentes dos referidos benefícios quanto a habilitação, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- b) Constatada por meio da análise que uma ou algumas das participantes é empresa de pequeno porte ou microempresa e verificação que há restrições no que diz respeito à regularidade fiscal exigida no edital, essa, ou, essas empresas, serão admitidas a prosseguir no certame em igualdade de condições com as demais licitantes, observado o disposto no item VI e subitens deste edital.

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 1 No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 10 minutos
- 2 Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo II** do Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
 - 3.1 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 3.2 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se as correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- **4 –** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
 - 4.1 Para efeito de seleção será considerado o **preço do lote.**
- **5 –** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances, individualmente de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- **5.1** O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- **6 –** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances <u>de R\$ 50,00 (cinquenta) reais.</u>
- **7 –** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.1 Encerrada a etapa de lances, serão ordenados as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado, elegendo a detentora do menor preço como sendo a mais bem classificada.



Av. Siqueira Campos, 1430 — Ĉentro — Praça Jornalista Mário Pacheco — CEP. 19.700-000 — Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 — Estância Turística de Paraguaçu Paulista — Estado de São Paulo

- 7.2 Com base nessa classificação (item 7.1), será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos deste edital, preferência à contratação, nos termos da lei Complementar nº 123/06, observadas as seguintes regras:
- 7.2.1 O Pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada para apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 3 (três) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
- 7.2.1.1 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 7.2.1.
- 7.3 Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no item 7.2.1.
- 7.4 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo coma classificação de que trata o 7.1, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 7.5 Caso a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, selecionada para exercer o direito de preferência a que se refere o item 7.2.1, não esteja representada na sessão de realização do pregão, o Pregoeiro considerará o fato como desistência do exercício do direito de preferência por parte da referida licitante, seguido, desde logo, o procedimento contido do item 7.2.1 retro.
- 7.6 Não havendo redução das propostas por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, será mantida a classificação das propostas, passando-se desde logo à negociação do preço, com a licitante melhor classificada originalmente.
 - 8 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- **9 –** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 10 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 10.1 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
 - a) Substituição e apresentação de documentos; ou
 - b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- **11 –** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 12 Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 13 Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos deste edital, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no item IV e subitens deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- **14** A licitante habilitada nas condições do item 13 retro, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 14.1 A comprovação de que trata o item 14 retro deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período a critério da Administração.
- 14.2 A não regularização da documentação, no prazo acima, implicará na decadência do direito à contratação, e na possibilidade de aplicação das sanções estabelecidas na XII deste edital.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- **1 –** No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **2 –** A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- **3 –** Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
 - 4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente



Av. Siqueira Campos, 1430 — Ĉentro — Praça Jornalista Mário Pacheco — CEP. 19.700-000 — Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 — Estância Turística de Paraguaçu Paulista — Estado de São Paulo

adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

- 5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
 - 6 A adjudicação será feita por lote, diretamente pelo Pregoeiro.

IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1 Os fornecimentos dos produtos obedecerão as necessidades da Prefeitura, com emissão de Autorização de Entrega, tomando como base as quantidades estimadas de consumo e disponibilidade financeira.
- 1.1 Prazo de entrega: até 10 (dez) dias, após solicitação do Departamento de Compras, no Almoxarifado Municipal, localizado na Av. Siqueira Campos nº 207.
- 1.2 A(s) Autorização(ões) de Entrega(s) será(ão) expedida(s) por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.
- 2 As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em "NOTA DE EMPENHO", e emitida a autorização de entrega.
- **3** Correrão por conta da(s) contratada(s) todas as despesas de frete, carga, descarga, motorista, ajudantes, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos produtos.

X – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- **1 –** O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente no ato da entrega, no local e endereço indicados **no item IX** anterior, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.
- **2 –** Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher o comprovante respectivo (canhoto ou outro documento hábil).
- **3 –** Constatadas irregularidades no objeto, a equipe designada para o recebimento, rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua substituição ou requerendo a rescisão da contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Nesta hipótese a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- **4 –** O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral das especificações contratadas, mediante carimbo de recibo atestando a conformidade no verso da nota, aposto e firmado pela equipe de responsável designada pela Municipalidade pelo recebimento.

XI - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias corridos, contados da data da entrega dos materiais, após o recebimento definitivo. Somente serão pagas notas fiscais/faturas se devidamente carimbadas no verso pela equipe responsável designada para administração para o recebimento, atestando a conformidade da entrega.
- **2 –** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.
- **3 –** O pagamento será feito mediante depositado em conta nominal da empresa, mediante informação do n.º da agência, banco, e conta-corrente.

XII - DA CONTRATAÇÃO

- 1 As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes no Registro de Preço a serem firmados entre a Administração e o fornecedor serão formalizados através de contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na Legislação vigente.
- 2 A Administração poderá dispensar o termo de contrato e optar por substitui-lo por Nota de Empenho, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/93, e alterações.
- 3 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.
- 4 Observando os critérios e condições estabelecidas no presente edital, a Administração, poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do Edital e o Preço Registrado.
- 5 O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga O Município de Paraguaçu Paulista a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

- 6 Ao licitante vencedor, por item, fica assegurado a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes concorrentes em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios, respeitada a legislação relativa a licitação.
- 7 A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo o Pregoeiro, convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.
- 8 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

XIII – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:
- a) não retirar a Nota de Empenho, no prazo de Edital
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- d) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- e) não mantiver a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, injustificadamente, dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação;
- 2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da lei 8.666/93 e do Decreto nº 775/06, a adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a previa e ampla defesa as seguintes penalidades:
 - 2.1. Pelo atraso injustificado na execução do objeto desta Licitação:
- a) multa de 10%, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa;
 - 2.2. Pela Inexecução parcial ou total do contrato:
- a) advertência;
- b) multa de até 10% sobre o valor homologado;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02(dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 3. A formalização da aplicação das penalidades descritas nas alíneas "c" e "d" do subitem 2.2 desta cláusula determina a necessária publicação no Diário Oficial do Estado;
- 4. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos por esta Municipalidade à adjudicatária ou através de cobrança judicial;
- 5. A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente cancele o Registro de Preços do licitante e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.
- 6. Contra a aplicação das penas definidas nas letras "a", "d" e "c" do subitem 3.2.2. desta cláusula, caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 dias úteis, contados da data da intimação do ato e dirigido ao Pregoeiro. O recurso deverá ser entregue ao Pregoeiro, da contratante, que terá 05 (cinco) dias úteis para instruí-lo com relatório das próprias razões. Antes e nesse mesmo prazo, o Pregoeiro poderá reconsiderar e prover o pedido.

XIV - DA GARANTIA CONTRATUAL

1 – Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XV - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

 1 – Os recursos financeiros para a realização do objeto desta Licitação, correrão futuramente por conta de dotações orçamentárias correspondentes ao Departamento requisitantes pelas seguintes classificações:
 - 3.3.90.30.00 – Material de consumo

XVI - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses a partir da sua assinatura.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

- 2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3. Mesmo comprovado a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo Licitatório.
- 4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração Municipal, para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

XVII - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração, cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
 - 2 A homologação do presente certame será divulgado no DOE.
- 3 Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado.
- 4 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Prefeitura Municipal Departamento de Compras e Licitações, situada na Av. Siqueira Campos, 1.430, Centro, após a celebração do contrato.
- **5 –** Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, desde que motivada sua solicitação.
- **5.1 –** A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- **5.2 –** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
 - **6 –** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

- **7 –** A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- **8 –** Fica reservado a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, o direito de anular ou revogar o presente Pregão sem que assista aos licitantes direito de reembolso ou indenização, se lhe for conveniente.
 - 9 Integram o presente Edital os Anexos:
 - Anexo I Relação dos produtos;
 - Anexo II Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação;
 - **Anexo III** Declaração de Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com administração;
 - Anexo IV Declaração de Aceita as condições estabelecidas no Edital de Pregão;
 - Anexo V Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho;
 - **Anexo VI –** Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
 - Anexo VII Declaração de ME e EPP
 - Anexo VIII Modelo da Proposta
 - Anexo IX Minuta da Ata de Registro de Preço.
- **10** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 27 de outubro de 2020.

Almira Ribas Garms Prefeita Municipal

Obs: Favor comparecer com máscara de proteção e álcool em gel para higienização das mãos, devido Pandemia COVID-19.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Av. Siqueira Campos, 1430 - Centro - Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100

CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

ANEXO I

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 073/2020

PROCESSO N.º 228/2020

Objeto: Aquisição de tintas, agregado, microesfera, película, placas, tubo de aço, tachão entre outros materiais, para demarcação viária.

Lote	Item	Descrição	Complemento	Unid.	Quant.
1	1	TINTA BASE RESINA METILMETACRILATO BRANCO N 9,5	CONFORME NORMA CET ET SH 14 SINALIZAÇÃO VIARIA - BALDE 18 LITROS	BALDE	500
1	2	TINTA BASE RESINA METILMETACRILATO AMARELO 10YR7,5/14	CONFORME NORMA CET ET SH 14 SINALIZAÇÃO VIARIA - BALDE 18 LITROS	BALDE	500
1	3	TINTA BASE RESINA METILMETACRILATO AZUL SEGURANÇA	CONFORME NORMA CET ET SH 14 SINALIZAÇÃO VIARIA - BALDE 18 LITROS	BALDE	100
1	4	TINTA BASE RESINA METILMETACRILATO CHUMBO FOSCO	CONFORME NORMA CET ET SH 14 SINALIZAÇÃO VIARIA - BALDE 18 LITROS	BALDE	200
1	5	TINTA BASE RESINA METILMETACRILATO VERMELHO CICLOVIA	CONFORME NORMA CET ET SH 14 SINALIZAÇÃO VIARIA - BALDE 18 LITROS	BALDE	80
1	6	SOLVENTE P/ DILUIÇÃO E LIMPEZA DE TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA		BALDE	500
1	7	AGREGADO ANTIDERRAPANTE		KG	1.800
1	8	MICROESFERA DE VIDRO, TIPO IIA DROP ON		SC	500
2	9	PELICULA REFLETIVA VERMELHA	Pelicula Refletiva; para Confeccao de Placas de Sinalizacao Rodoviaria, Tipo la ; Com Lentes Esfericas, Recobertas Com Plastico Transparente e Flexivel, Superficie Lisa e Plana ; Micro Esfera Refletiva; de Acordo Com a Norma Abnt Nbr 14644;	М	200
2	10	PELICULA REFLETIVA BRANCA	Pelicula Refletiva; para Confeccao de Placas de Sinalizacao Rodoviaria, Tipo la ; Com Lentes Esfericas, Recobertas Com Plastico Transparente e Flexivel, Superficie Lisa e Plana ; Micro Esfera Refletiva; de	М	200



			Acordo Com a Norma Abnt Nbr 14644;		
2	11	PELICULA REFLETIVA AMARELA	Pelicula Refletiva; para Confeccao de Placas de Sinalizacao Rodoviaria, Tipo la ; Com Lentes Esfericas, Recobertas Com Plastico Transparente e Flexivel, Superficie Lisa e Plana ; Micro Esfera Refletiva; de Acordo Com a Norma Abnt Nbr 14644;	M	200
2	12	PELICULA REFLETIVA VERDE	Pelicula Refletiva; para Confeccao de Placas de Sinalizacao Rodoviaria, Tipo la ; Com Lentes Esfericas, Recobertas Com Plastico Transparente e Flexivel, Superficie Lisa e Plana ; Micro Esfera Refletiva; de Acordo Com a Norma Abnt Nbr 14644;	M	50
2	13	PELICULA REFLETIVA AZUL	Pelicula Refletiva; para Confeccao de Placas de Sinalizacao Rodoviaria, Tipo la ; Com Lentes Esfericas, Recobertas Com Plastico Transparente e Flexivel, Superficie Lisa e Plana ; Micro Esfera Refletiva; de Acordo Com a Norma Abnt Nbr 14644;	M	200
3	14	CHAPA DE AÇO 18 - 1M X 2M		UN	100
3	15	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM AÇO 18 - 80CM X 80CM	GALVANIZADA REVESTIDA COM PELICULA REFLETIVA	UN	500
3	16	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM AÇO 18 - 50CM X 60CM	GALVANIZADA REVESTIDA COM PELICULA REFLETIVA	UN	500
3	17	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM AÇO 18 - 50CM DE DIAMETRO	GALVANIZADA REVESTIDA COM PELICULA REFLETIVA	UN	400
3	18	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM AÇO 18 - 60CM DE DIAMETRO	GALVANIZADA REVESTIDA COM PELICULA REFLETIVA	UN	400
3	19	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM AÇO 18 - 40CM DE DIAMETRO	GALVANIZADA REVESTIDA COM PELICULA REFLETIVA	UN	400
3	20	PLACA DE SINALIZAÇÃO - 60CM X 40CM	EM AÇO 18 GALVANIZADA REVESTIDA COM PELICULA REFLETIVA - ESTACIONAMENTO ROTATIVO	UN	500



3	21	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM AÇO 18 GALVANIZADA REVESTIDA COM PELICULA REFLETIVA 60 CM X 60 CM	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM AÇO 18 GALVANIZADA REVESTIDA COM PELICULA REFLETIVA 60 CM X 60 CM	UN	500
4	22	TUBO DE AÇO GALV. A FOGO DE 2 1/2 " C/ PAREDE 2,5 MM X 3,5 M DE COMPRIMENTO	PONTA AMASSADA P/ EVITAR GIRO E TAMPA PLÁSTICA NA PARTE SUPERIOR P/ EVITAR INFILTRAÇÃO DE ÁGUA.	BARRA	1.000
5	23	FITA ZEBRADA AMARELA E PRETA 75MMX200M		RL	100
5	24	ROLO DE LA REF. 23 CM ALTURA DE 22MM	RESISTE A SOLVENTE	UN	100
5	25	SUPORTE GAIOLA P/ ROLO DE PINTURA 23CM		UN	100
6	26	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 3 1/2		UN	1.000
6	27	PARAFUSO FRANCES COM PORCA E ARRUELA 5/16 X 4		UN	1.000
6	28	PARAFUSO COM FENDA COM PORCA E ARRUELA 1/4 X 1 1/2		UN	1.000
7	29	TACHAO BIDIRECIONAL - BRANCO/AMARELO	A BASE DE RESINA POLIESTER, CONFORME NORMA ABNT NBR 15576	PÇ	1.500
7	30	TACHA BIDIRECIONAL - BRANCO/AMARELO	A BASE DE RESINA POLIESTER, CONFORME NORMA ABNT NBR 14636	PÇ	1.500

Lote 1 – Obs: Os produtos deverão ser todos da mesma marca para padronização.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA - LOTE 1

Tinta à base de resina metilmetacrilato monocomponente destinada à sinalização horizontal viária.

1 Objeto

Esta especificação fixa as condições exigíveis para o fornecimento de tinta à base de metilmetacrilato monocomponente destinada à demarcação viária horizontal.

2. Referências normativas

NBR 5829 Tintas, vernizes e derivados - Determinação da massa específica - Método de

ensaio

CET ETSH14 Tinta à base de resina metilmetacrilato monocomponente para sinalização horizontal NBR 5830 Determinação da estabilidade acelerada de resinas e vernizes – Método de ensaio

NBR 5844 Determinação qualitativa de breu e vernizes – Método de ensaio NBR 6831 Sinalização horizontal viária – Microesferas de vidro – Requisitos

NBR 7396 Material para sinalização horizontal – Terminologia NBR 15438 Sinalização horizontal viária – tintas – Método de ensaio

DER M-153-88 Método para inspeção visual e amostragem de tintas para sinalização rodoviária

3. Definições

Os termos utilizadas nesta Especificação estão definidos na norma CET-ET-SH-14

4. Requisitos Gerais

4.1 Tinta para demarcação a base de resina metilmetacrilato conforme norma CET-ET-SH-14

- 4.1.1 A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.
- 4.1.2 A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, natas e grumos.
- 4.1.3 A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.
- 4.1.4 A tinta deve estar apta a ser aplicada nas seguintes condições:
- a) temperatura ambiente entre 5° C e 400 C e temperatura do pavimento entre 10° C e 45° C.
- b) umidade relativa do ar até 80%.
- 4.1.5 A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e ter a consistência especificada, sem ser necessária a adição de outro qualquer aditivo.
- a) Tinta deverá ser fornecida com microesferas de vidro incorporadas, sendo que as mesmas devem possuir granulometria adequada, de forma a não causar entupimento do bico da pistola de aplicação. O produto deverá estar formulado adequadamente, para mantê-las em suspensão, sem ocorrências de sedimento duro durante o período de armazenagem;
- b. Sobre a camada úmida da tinta aplicada serão aplicadas microesferas de vidro do tipo DROP ON. A tinta deverá apresentar viscosidade ideal para perfeita ancoragem das mesmas.
- 4.1.6 A tinta deve estar apta a ser aplicada em espessuras, quando úmida, variável de 0,4 mm a 0,7 mm.
- 4.1.7 A tinta, quando aplicada na quantidade especificada, deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao tráfego no período máximo de tempo de 30 min.
- 4.1.8 A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação no pavimento.
- 4.1.9 A tinta aplicada, após secagem física total, deve apresentar características de plena adesividade às microesferas de vidro e ao pavimento, produzir película seca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.
- 4.1.10 A tinta quando aplicada sobre superfície betuminosa, não deve apresentar sangria nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.
- 4.1.11 A tinta não deve modificar as suas características (não podendo apresentar espessamento, coagulação, empedramento ou sedimento que não possa ser facilmente disperso por agitação manual, devendo após agitação, apresentar aspecto homogêneo), ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de fabricação, quando estocada em local protegido da luz solar direta e à temperatura de 30° C, livre de umidade e nunca diretamente no solo.
- 4.1.12 A unidade de compra é o litro.
- 4.1.13 A tinta deve ser embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem. As embalagens devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes informações:
- a) nome do produto: tinta para sinalização viária;
- b) nome comercial;
- c) cor da tinta (nome e código Munsell);



Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

- d) referência quanto à natureza química da resina;
- e) data de fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) número do lote de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litro;
- j) nome do químico responsável e seu número de identificação no Conselho Regional de Química –
- I) selo de inspeção (selo que comprove que o produto passou por um controle de qualidade)
- 4.2 Tinta corretiva na cor chumbo fosco, à base de resina metilmetacrilato monocomponente, com opção de tonalidade
- 4.2.1 A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.
- 4.2.2 A tinta, logo após abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, natas ou grumos.
- 4.2.3 A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.
- 4.2.4 A tinta deve estar apta a ser aplicada nas seguintes condições:
- a) temperatura do ar entre 5°C e 40°C / temperatura do pavimento entre 10°C e 45°C;
- b) umidade relativa do ar até 80%;
- 4.2.5 A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas de pintura por aspersão e ter a consistência especificada, sem ser necessário a adição de outro aditivo qualquer. Poderá ser adicionado no máximo 5% (cinco por cento) de solvente em volume sobre a tinta, compatível com a mesma para acerto de viscosidade.
- 4.2.6 A tinta pode ser aplicada em espessuras, quando úmida, variáveis de 0,4 mm à 0,7mm.
- 4.2.7 A tinta, quando aplicada na quantidade especificada, deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao tráfego no período mínimo de tempo de 30 minutos.
- 4.2.8 A tinta deve manter integralmente, a coesão dos componentes e a cor, após aplicação no pavimento. 4.2.9 A tinta aplicada, após secagem física total, deve apresentar plasticidade, produzindo película seca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.
- 4.2.10 A tinta, quando aplicada sobre a superfície betuminosa, não deve apresentar sangria, nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.
- 4.2.11 A tinta não deve modificar as suas características (não podendo apresentar espessamento, coagulação, empedramento ou sedimento que não possa ser facilmente disperso por agitação manual, devendo após agitação, apresentar aspecto homogêneo) ou deteriorar-se, quando estocada, por um período menor ou igual a 6 meses após a data de fabricação do material, desde que, protegida da luz solar direta e à temperatura máxima de 30°C, livre de umidade e nunca diretamente no solo.
- 4.2.12 A unidade de compra é o balde com capacidade volumétrica de 18 (dezoito) litros.
- 4.2.13 A tinta deve ser fornecida e embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem, com sistema de fechamento tipo borboleta. Estes recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes informações:
- a) nome do produto: TINTA PARA CORREÇÃO DE DEMARCAÇÃO DE PAVIMENTO BASE METIL METACRILATO;
- b) nome comercial;
- c) cor da tinta; (chumbo fosco)
- d) referência quanto à natureza química da resina;
- e) data de fabricação, prazo de validade e identificação da partida de fabricação;
- f) nome e endereco do fabricante:
- g) quantidade contida no recipiente, em litro.
- h) nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional dos Químicos.
- 4.2.14 A tinta deverá ter, na data da entrega, prazo de validade igual ou superior a 5 (cinco) meses

4.3 Requisitos Específicos

4.3.1 Quantitativos Tinta metilmetacrilato

Conforme Tabela 1.



Tabela 1 – Requisitos quantitativos

	Método a	Valores		
Red	utilizar	Mínimo	Máximo	
Consistência (UK)		NBR 15.438	85	100
Estabilidade na armazenagem – Alteração de consistência (UK)		NBR 15.438	-	10
Material não volátil, por	centagem em massa	NBR 15.438	70	-
	Tinta branca – Dióxido de titânio (TiO ₂)		16	-
	Tinta amarela – Cromato de Chumbo (PbCrO ₄)		10	-
Determinação do teor de pigmento,	Tinta vermelha	NBR 15.438	-	-
porcentagem em massa	Tinta azul	_	-	-
	Tinta Chumbo Fosco		-	-
	Cor Branca		130	-
	Cor Amarela		100	-
Resistência a abrasão (Litros)	Cor Vermelha	NBR 15.438	100	-
	Cor Azul		100	-
	Cor Chumbo Fosco		100	-
Veículo não volátil, porcentagem em massa no veículo		NBR 15.438	38	-
Veículo total, porcentagem em massa na tinta		NBR 15.438	50	60
Tempo de secagem, "No Pick Up Time" minutos		NBR 15.438	-	15
Massa específica (g/cm³)		NBR 5.829	1,45	-



Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

Tabela 2 – Requisitos Qualitativos

Ensaio		Método a	Resultado
Litodio		utilizar	Nesuitado
		dilizai	
	D		No.5
	Branca		N9,5
	Amarela		10 YR7,5/14
	Vermelha		7,5 R4/14
Cor (Notação Munsell Highway)	Azul	NBR 15.438	5 PB 2/8
3 ,	Chumbo Fosco		Chumbo fosco
Flexibilidade		NBR 15.438	Inalterada
Sangramento		NBR 15.438	Ausência
Resistência à água		NBR 15.438	Inalterada
Resistência ao calor		NBR 15.438	Inalterada
Resistência ao intemperismo	Cor	NBR 15.438	Leve alteração
memperionic	Integridade	NBR 15.438	Inalterada
Identificação do veículo não volátil		ASTM D 3.168	O espectograma de absorção de radiação infravermelha deve apresentar bandas características predominantes de metil e butil metacrilato e ausência de estireno.
Breu e derivados		NBR 15.438	Ausência
Microesferas de vidro incorporadas		NBR 15.438	Contém (tinta branca e amarela, azul e vermelho)

5. Documentação técnica

5.1. Apresentação de atestado(s) emitidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão do licitante para fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, sendo a quantidade mínima de 50% do objeto cotado.

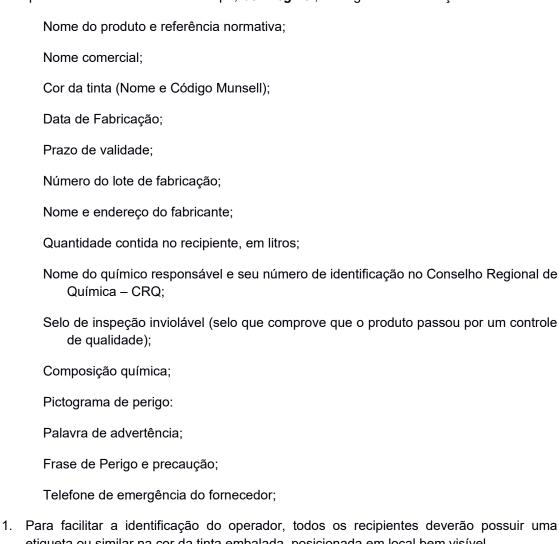
6. Marcação e embalagem

- 6.1 A tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos novos, em formato cilíndrico, com tampa removível.
- 6.2 O recipiente deverá ter capacidade para 18 litros de tinta.



Av. Siqueira Campos, 1430 — Ĉentro — Praça Jornalista Mário Pacheco — CEP. 19.700-000 — Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 — Estância Turística de Paraguaçu Paulista — Estado de São Paulo

6.2.1 Os recipientes devem trazer no seu corpo, *bem legível*, as seguintes informações:



etiqueta ou similar na cor da tinta embalada, posicionada em local bem visível.

7. Controle de qualidade laboratorial

- 12.2 Para recebimento do lote, o fornecedor deverá apresentar o produto, com selo de inspeção inviolável (selo que comprove que o produto passou por controle da qualidade), este selo deverá ser colocado no ato da inspeção/amostragem pelo técnico do laboratório contratado pelo fornecedor.
 - 12 Entende-se como lote o material produzido de uma única cor e de uma só vez sob as mesmas condições.
 - 13 O ensaio deverá ser realizado por laboratório filiado ao **ABIPTI** Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovações.
 - 14 A quantidade de amostras utilizado no ensaio laboratorial deverá ser fornecida pela empresa vencedora da licitação sem prejuízo ao quantitativo requisitado.
 - 15 Todas as embalagens que compõe o lote deverão apresentar um selo numerado em sequência do laboratório que realizará os ensaios.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

- 16 Deverão constar no laudo os números dos selos colocados nas embalagens e o número do Empenho fornecido pela Municipalidade e todas as informações pertinentes a rastreabilidade do produto.
- 17 O laudo deverá ser conclusivo e entregue junto com o material.

8. Garantia

A garantia do material para armazenagem deverá ser de no mínimo 6(seis) meses a contar da data de fabricação.

O lote será rejeitado quando não satisfazer algum item desta especificação.

9. Da apresentação das amostras

- 9.1. A empresa após declarada vencedora, deverá apresentar amostra do lote, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, em embalagem original;
- 9.2. As amostras apresentadas deverão estar identificadas com etiqueta, individualmente:
- a) Nome e CNPJ da empresa,
- b) Número da licitação;
- c) Marca e número do item ao qual se refere à amostra, correspondente ao da proposta.
- 9.4. As amostras serão submetidas à aprovação do(s) servidor(es) da Prefeitura Municipal de Paraguaçu, levando-se em consideração as especificações técnicas, parâmetros mínimos de qualidade e demais condições definidas no edital.
- 9.5. A Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista reserva-se no direito de aceitar ou não as amostras, caso não atendam as especificações exigidas.
- 9.6. A Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, através do responsável pela análise do material, emitirá o Laudo de Avaliação que será remetido ao Pregoeiro e juntado aos autos da licitação para fins de julgamento do certame.
- 9.7. Somente a empresa provisoriamente considerada vencedora deverá apresentar as amostras;
- 9.8 Caso não seja aprovada a amostra da empresa julgada provisoriamente como vencedora, o Pregoeiro poderá examinar as amostras das licitantes subsequentes, na ordem de classificação determinada pela sessão dos lances, verificando a aceitabilidade da amostra e sua classificação, até o julgamento que determine a empresa definitivamente vencedora.

10 - Apresentação de Laudo

- 10.1. O licitante vencedor devera apresentar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ainda optar pela apresentação juntamente com a proposta comercial, laudo técnico, como segue:
 - Laudos técnicos de tinta a base de resina metacrílica, atendendo o descritivo/ especificação técnica, emitido por laboratórios associados a ABIPTI, com prazo de emissão inferior à 180 dias da abertura do edital, e Especificação Técnica dos Produtos (Ficha técnica).



ANEXO II"
"DECLARAÇÃO"
Eu,(nome), representante legal da empresa, CNPJ:, interessada em participar no Processo Licitatório (Pregão nº/2020), da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, DECLARO , sob as penas da Lei, que demos pleno atendimento aos requisitos de habilitação.
Local e data.
Nome, RG e do Representante Legal (com carimbo da empresa)
"ANEXO III"
"DECLARAÇÃO"
Eu,nome completo), CPF:representante legal da empresa, CNPJ, interessada em participar no Processo Licitatório (Pregão nº/2020), da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, DECLARO, sob as penas da Lei, que, inexiste impedimento legal contra a firmapara licitar ou contratar com a Administração
Local e data.
Contratada Nome, RG. – representante legal (carimbo da empresa)



	"ANEX	O IV"	
	"DECLAR	AÇÃO"	
	Eu, representante , CNF icitatório (Pregão nº/2020 DECLARO , sob as penas	0), da Prefeitura Munici	
	Local e	data.	
		ada RG. – representante lega oo da empresa)	al
	"ANEX	O V"	
	"DECLAR	AÇÃO"	
de Paraguaçu Paulista, utilizará na prestação dos noturno, perigoso ou insa		20), da Prefeitura Munici da Lei, que em meu om idade inferior a 18 (d anos em qualquer trabal Constituição Federal e L data.	quadro de pessoal, não dezoito) anos em trabalho lho, salvo na condição de _ei Federal n° 9.854/99.



"ANEXO VI"					
DECLARAÇÃO					
A empresa, com sede na cidade de, Estado de, na Rua, inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual nº, neste ato representado por, DECLARA, para devido fins, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.					
Paraguaçu Paulista, dede 2020.					
Empresa					
Nome, RG. – representante legal					
(carimbo da empresa)					
"ANEXO VII"					
"DECLARAÇÃO DE ME E EPP"					
A empresa, com sede na cidade de, Estado de, na Rua, inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual nº, neste ato representado por, DECLARA, para fins que se enquadra como microempresa utilizando dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.					
Local e data.					
Empresa					
Nome, RG. – representante legal (carimbo da empresa)					
(



"ANEXO VIII"

MODELO DA PROPOSTA

Pregão Presencial nº/2020						
Nome	do Proponente:					
Razão Social Endereço: Telefone: Agência Bancária: Conforme estipulado no Edital d		CNPJ CEP: E-mail institucional: Agência: de Pregão Presencial nº/202		E-mail Conta Co	Cidade: E-mail pessoal: Conta Corrente:	
LOTE	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Preço unitário	Preço total
1					umano	10101
		PREÇO LOT	E			
Total Geral:						
Assina	atura					
Nome Completo:						
Cargo						
RG: CPF:						
(Obs.: Informar os dados (RG, CPF e Cargo) do representante legal, responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços).						



Av. Siqueira Campos, 1430 — Ĉentro — Praça Jornalista Mário Pacheco — CEP. 19.700-000 — Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 — Estância Turística de Paraguaçu Paulista — Estado de São Paulo

ANEXO IX

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL: Nº/2020					
PROCES	SSO: Nº/2020				
Paragua inscrita in Garms, 5.878.17 nos term conforme das prop Sra. Prei agregad demarca a fazer	, na sede da Prefeitura I içu Paulista , pessoa jurídica de direito público, com no CNPJ sob o nº44.547.305/0001-93, representada residente à Av. Paraguaçu, n.º 784, Centro, portado 3-0 e do CPF n.º 110.722.998-79, e de outro lado a em os da Lei nº 8.666/93, 10.520/02, e as demais normas e documento de credenciamento ou procuração inserto ostas apresentadas no Pregão para Registro de Prefeita Municipal, Resolve registrar os preços para aquis o, microesfera, película, placas, tubo de aço, tação viária , para esta municipalidade, conforme condiguarte desta, Tendo sido os referidos preços oferedada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado, como seguada em 1º lugar no certame acima numerado.	sede a Av. Siqueira Campos nº1.430, a neste ato pela Sra. Almira Ribas ora da Cédula de Identidade RG. n.º npresa a seguir descritas e qualificadas legais aplicáveis, todos representados ta nos autos, conforme a classificação co nº/2020, homologado pela ição eventual de Aquisição de tintas, achão entre outros materiais, para ções constantes do Anexo I, que passa cidos pela empresa cuja proposta foi			
lote	OBJETO	VALOR			
1					
I – DO OBJETO:					

1.1. Aquisição de tintas, agregado, microesfera, película, placas, tubo de aço, tachão entre outros materiais, para demarcação viária, nas quantidades e de acordo com as especificações previstas no anexo I do Edital, do Pregão _____/2020, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta ATA.

II – DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.
- 2.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 2.3. Mesmo comprovado a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo Licitatório.
- 2.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração Municipal, para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 2.5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para



Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

III - DAS PENALIDADES

- 3.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:
- a) não retirar a Nota de Empenho, no prazo de Edital
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- d) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- e) não mantiver a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, injustificadamente, dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação;
- 3.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da lei 8.666/93 e do Decreto nº 775/06, a adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a previa e ampla defesa as seguintes penalidades:
- 3.2.1. Pelo atraso injustificado na execução do objeto desta Licitação:
- a) multa de 10%, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa;
- 3.2.2. Pela Inexecução parcial ou total do contrato:
- a) advertência;
- b) multa de até 10% sobre o valor homologado;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02(dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 3.3. A formalização da aplicação das penalidades descritas nas alíneas "c" e "d" do subitem 3.2.2 desta cláusula determina a necessária publicação no Diário Oficia I do Estado;
- 3.4. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos por esta Municipalidade à adjudicatária ou através de cobrança judicial;
- 3.5. A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente cancele o Registro de Preços do licitante e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.
- 3.6. Contra a aplicação das penas definidas nas letras "a", "d" e "c" do subitem 3.2.2. desta cláusula, caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 dias úteis, contados da data da intimação do ato e dirigido ao Pregoeiro. O recurso deverá ser entregue ao Pregoeiro, da contratante, que terá 05 (cinco) dias úteis para instruí-lo com relatório das próprias razões. Antes e nesse mesmo prazo, o Pregoeiro poderá reconsiderar e prover o pedido.

IV - DOS PREÇOS

4.2. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão para Registro de Preços nº _____/2020 que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

V – DA FORMA, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1 – Os fornecimentos dos produtos obedecerão as necessidades da Prefeitura, com emissão de Autorização de Entrega, tomando como base as quantidades estimadas de consumo e disponibilidades financeiras.



Av. Siqueira Campos, 1430 — Ĉentro — Praça Jornalista Mário Pacheco — CEP. 19.700-000 — Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 — Estância Turística de Paraguaçu Paulista — Estado de São Paulo

- 1.1 Prazo de entrega: até 10 (dez) dias, após solicitação do Almoxarifado Municipal, localizado na Av. Siqueira Campos, 207.
- 2 A(s) Autorização(ões) de Entrega(s) será(ão) expedida(s) por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive facsímile e correio eletrônico.
- 3 As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em "NOTA DE EMPENHO", e emitida a autorização de entrega.
- 4 Correrão por conta da(s) contratada(s) todas as despesas de frete, carga, descarga, motorista, ajudantes, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos produtos.

VI - DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado, após o recebimento definitivo do bem, mediante emissão de Nota Fiscal, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de **até 30 dias corridos.**
- 6.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VII - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

- 7.1. A Detentora da Ata fica obrigada a:
- a) Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.
- b) Manter, durante toda vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas para o certame;
- c) Não sub-contratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.
- d) Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.
- e) Entregar produtos com as especificações de qualidade postas no presente edital. (anexo I).
- 7.2. Entregar os objetos contratados no local indicado nesta Ata, item 5.1.
- 7.3. Os materiais entregues deverão obedecer rigorosamente as normas a ele pertinente e as exigidas no edital.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para registro de Preços nº _____/2020, e seus anexos, e a proposta da empresa, classificadas em 1º(s) lugar, respectivamente, no certame supra numerado.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Ĉentro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.700-000 – Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

- 8.2 A detentora da presente Ata obriga-se a manter durante toda a execução do presente instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que o originou.
- 8.3. Fica eleito o Foro de Paraguaçu Paulista, SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- 8.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, e demais normas aplicáveis.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, ... de ... de 2020.

Prefeitura Municipal da Estân Almira Ribas Garms Prefeita Municipal	cia Turística de Paraguaçu Paulista